

PROJETO DE LEI N.º , DE 2010

(Do Sr. Fábio Faria)

Dá nova redação à alínea b do artigo 8º da Lei n.º 9.250, de 1995, permitindo a dedução no cálculo do IRPF dos gastos com aprendizagem de idiomas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea b do item II do artigo 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 8º :

I - ;

II - :

a) ;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; e à aprendizagem de idiomas, até o limite anual individual de:

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007;

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008;
3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009;
4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010;”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O percentual do PIB brasileiro alocado para a educação nacional é considerado no mínimo acima do razoável, mas é esquecido, no entanto, que, ante uma população alentada como a nossa, em comparação com outros países emergentes, como, por exemplo, a Coreia do Sul, entre vários outros, nosso gasto per capita com educação chega a ser irrisório. Em ocasiões chega a ser cinco ou mais vezes menor.

Por falar em Coreia do Sul, sabe-se ser um emergente que por via da multiplicação do per capita em apreço, com consequente melhora substancial no status educacional de sua sociedade, atingiu em poucas décadas a um estágio quase sem precedentes de desenvolvimento socioeconômico autossustentável.

E a Coreia do Sul não é exceção à regra geral. Pelo contrário, é mais um dos vários exemplos da importância da educação para o progresso social. Daí, pois, para a conclusão de que o incentivo direto a gastos com educação em nosso País é um bem desejado, resta apenas um pequeno passo. Até porque o dinheiro é a mola do mundo, como muito bem se diz.

Além do mais, nossa civilização greco-romana jamais titubeou ao se tratar de enaltecer a educação (a educatio, de ducere, conduzir, no caso à vida correta, ideal platônico que perdura), com certeza um de seus pilares, se não o alicerce por excelência de sua sustentação.

Ante isso, não duvidamos que nosso projeto, que inclui a aprendizagem de idiomas entre as hipóteses de redução do Imposto de Renda

da Pessoa Física, encontrará guarida e, mais, pleno respaldo vindos de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado FÁBIO FARIA